



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

A Implantação da Política de Indexação:

Procedimentos e estratégias da pesquisa-ação integral

Mariângela Spotti Lopes Fujita

Como citar: FUJITA, M. S. L. A Implantação da Política de Indexação: Procedimentos e estratégias da pesquisa-ação integral. *In:* FUJITA, M. S. L. (org.). **Política de Indexação para Bibliotecas:** elaboração, avaliação e implantação. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 115-130.
DOI: <http://dx.doi.org/2016.978-85-7983-817-0.p115-130>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

6 A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE INDEXAÇÃO: PROCEDIMENTOS E ESTRATÉGIAS DA PESQUISA-AÇÃO INTEGRAL

Mariângela Spotti Lopes Fujita

Diante dos resultados e conclusões obtidos na terceira pesquisa de avaliação (vide capítulo 5), o Grupo de Política de Indexação constatou que a “Proposta de política de indexação da Rede de Bibliotecas da Unesp” foi implantada com êxito e bem aceita pela comunidade das bibliotecas da Unesp. Portanto, decidiu transformar a Proposta em um “Manual da política de indexação para as bibliotecas universitárias da Unesp” (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”, 2014) cuja atualização incorporou dados, informações e decisões realizadas pelo Grupo de Política de Indexação ao longo de todo o processo de implantação, documentadas por meio de atas de reuniões, orientações e procedimentos divulgados às bibliotecas que estavam organizados em fundos documentais virtuais ou “em nuvem” para uso do Grupo de Política de Indexação.

Toda essa documentação registra e revela o método de pesquisa-ação aplicado para o desenvolvimento da Proposta e sua transformação na forma de Manual em um processo contínuo de avaliação, entre os membros do Grupo de Política de Indexação e a comunidade das bibliotecas da rede Unesp, garantido pelo debate de idéias e rotinas intensamente negociadas em reuniões realizadas de forma contínua.

O grupo de catalogadores e a equipe de pesquisadores realizaram reuniões mensais, presenciais e virtuais, no período de maio/2010 a feve-

reiro/2012, totalizando onze reuniões, em que elaboraram, por consenso após discussões e análises, proposta de política de indexação para a Rede de Bibliotecas da Unesp com base na fundamentação teórica e metodológica desenvolvida pelos pesquisadores integrantes do Grupo à luz da *práxis* e do contexto de atuação profissional dos catalogadores que resultaram em trabalhos experimentais de avaliação da recuperação por assuntos do catálogo coletivo on-line da Unesp.

Posteriormente, a política de indexação foi discutida e aprovada em reunião de catalogadores das trinta e quatro bibliotecas da Unesp que decidiram por sua implantação em todas as bibliotecas com avaliação e supervisão constantes promovidas pelos membros integrantes do Grupo de Política de Indexação da Unesp.

O objetivo de formar equipes de catalogadores de bibliotecas para elaborar, implantar e avaliar política de indexação foi realizado mediante aplicação da metodologia de pesquisa-ação para intervenção na realidade das bibliotecas no que tange à elaboração e implantação de política de indexação.

A escolha da metodologia da pesquisa ação se deveu à necessidade do Projeto de Pesquisa “Política de indexação para bibliotecas” (FUJITA, 2010) vivenciar, junto à equipe de profissionais das bibliotecas universitárias, a ação de elaboração, implantação e avaliação da política de indexação como forma sistematizada de melhor observar os problemas e as mudanças.

A pesquisa-ação, vista como uma pesquisa social de base empírica dentro da metodologia etnográfica é indicada quando há interesse coletivo na resolução de um problema.

A pesquisa-ação é, segundo Thiollent (1998, p.14)

[...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Morin (2004, p.56) compreende que o termo pesquisa-ação “designa em geral um método utilizado com vistas a uma ação estratégica e requerendo a participação dos atores”. Na visão do autor, essa definição se

encaixa no paradigma socioconstrutivista e, dessa forma, os pesquisadores privilegiam a pesquisa de campo onde a discussão com todos os atores é enfatizada. Morin considera que o pesquisador é um dos atores cuja participação deve ser integral no compartilhamento das ações em busca de soluções de modo planejado em que a co-gestão é o caminho a ser partilhado. Nessa perspectiva, a pesquisa-ação integral (PAI) recebeu de Morin (1986, p.331) a seguinte definição operacional:

A PAI é aquela que visa uma mudança pela transformação recíproca da ação e do discurso, isto é, uma ação individual em uma prática coletiva eficaz e incitante, e de um discurso espontâneo em um diálogo esclarecido e, até, engajado.

A pesquisa-ação integral é estruturada, de acordo com Morin (2004, p.61), em uma grade de análise do processo com 5 componentes: contrato, participação, mudança, discurso e ação. Morin (2004, p.61) esclarece a função de cada componente de modo objetivo para facilitar sua aplicação que deriva do próprio entendimento da abordagem socioconstrutivista, destaca que são interdependentes e que a forma de compreendê-las deve ser dinâmica e sistêmica:

A participação é *essencial*. O contrato é uma das condições que a asseguram. A mudança é a *finalidade*. Os efeitos dessa participação ou ação negociada estão presentes no *discurso* ou na transformação dos espíritos e na *ação* encarada para resolver ou equacionar um problema da melhor maneira possível.

No entendimento de Raphael (2007, p.11-112), a teoria da PAI é desenvolvida *in loco* e explica da seguinte forma a função de cada componente:

O contrato elabora uma linguagem comum, compreensiva a todas as pessoas, e apresenta características de negociação e deliberação entre as partes. A participação deve ser um instrumento que leve à co-gestão e, para tal, supõe a colaboração de todos os elementos em todas as tomadas de decisão, em todo o processo. A mudança consiste na passagem de um estado a outro, este último o próprio objetivo do projeto. O discurso faz parte da transformação e toma corpo quando inserido na ação. A ação atua

em espiral com a reflexão, questiona o discurso e deve refletir o consenso e a capacidade dos participantes.

A pesquisa-ação integral foi definida para o desenvolvimento do Projeto de Pesquisa “Política de indexação para bibliotecas” em função da opção pela linha metodológica do sócio-construtivismo adotada nas pesquisas anteriores¹ com a participação dos catalogadores da rede de bibliotecas da Unesp. Os resultados destas pesquisas os levaram a decidir sobre a elaboração da política de indexação das bibliotecas da Unesp com a metodologia da pesquisa-ação, o que tornou possível aproveitar a oportunidade de envolvimento cooperativo entre pesquisadora e participantes em torno da situação de elaboração e implantação da política de indexação.

Esta opção de linha metodológica permitiu que a construção da política de indexação fosse discutida e negociada por vários atores ao longo do tempo a partir da necessidade de mudança de uma situação que gerava um problema nunca antes resolvido em relação à recuperação por assunto no catálogo online da rede de bibliotecas da Unesp. Essa problemática foi muito discutida e analisada pelo grupo tal como relatado no capítulo 2 e motivou a realização de dois estudos de avaliação: de uso da linguagem de indexação e de consistência do processo de indexação.

Quando iniciamos as discussões em reuniões quinzenais ou mensais, foi colocado que a dificuldade em recuperar por assuntos no catálogo online era frequentemente relatada por usuários de maneira informal no dia-a-dia e os profissionais acreditavam que esse problema era devido ao uso de uma linguagem de indexação que diziam ser pouco especializada, por isso utilizavam outras linguagens mais especializadas e até a linguagem natural quando não encontravam linguagem de indexação mais adequada ao uso de um determinado termo, principalmente, quando catalogavam teses e dissertações cujos conteúdos sempre são mais especializados e com novos termos. Com o avanço das discussões, mais relatos eram realizados pelos profissionais e a equipe de pesquisa cada vez mais se envolveu com os temas e, na tentativa de solução, realizaram-se as duas primeiras pesquisas

¹ “O contexto da leitura documentária de indexadores de bibliotecas universitárias em perspectiva sócio-cognitiva para a investigação de estratégias de ensino” (Bolsa PQ/CNPq – Processo 310357/2006-3) (FUJITA, 2007) e “Política de tratamento da informação documentária na rede de bibliotecas da UNESP” (FUJITA, 2007).

de avaliação, a primeira sobre o uso da linguagem de indexação e a segunda sobre a consistência do processo de indexação.

A primeira pesquisa foi motivada em razão do problema relatado pelos profissionais, ou seja, de que a linguagem de indexação não era especializada e por isso a recuperação por assuntos no catálogo não era satisfatória. Mas, as reuniões e suas discussões levantaram muitas dúvidas e apontamentos que sinalizavam outros aspectos influentes tais como o uso de diferentes linguagens, inclusive a natural e que, principalmente, por ser importada, os campos de assuntos na maioria dos registros bibliográficos permaneciam inalterados; outro aspecto levantado era de que o usuário utilizava sua linguagem natural para fazer sua estratégia de busca no catálogo e como na maioria dos catálogos a linguagem de indexação utilizada nunca esteve disponível. Com estes aspectos foi possível, na segunda pesquisa de consistência do processo de indexação, demonstrar aos catalogadores que a linguagem de indexação, embora desatualizada e pouco especializada, não era a causa principal do problema de recuperação por assuntos.

As causas principais, observadas e admitidas pelo grupo, advinham do fato de que ao copiarem os registros bibliográficos não se realizava o processo de indexação, tampouco se utilizava a linguagem de indexação adotada pela rede de bibliotecas. Quando havia a necessidade de se construir um registro bibliográfico novo, mais comum para teses e dissertações, a falta de especialidade da linguagem de indexação era compensada pelo uso de outras linguagens de indexação e mesmo assim, nenhuma das linguagens de indexação utilizadas era disponibilizada para o usuário do catálogo online durante a estratégia de busca por assunto. Essas causas foram intensamente discutidas e proporcionou ao Grupo a visão de que era necessário o trabalho de investigação de soluções em duas frentes: do processo de indexação e da construção e uso de uma única linguagem de indexação para uso de catalogadores e usuários, motivo pelo qual existem dois Grupos de Trabalho atuantes: o de Política de Indexação e o de Linguagem de indexação.

A segunda pesquisa demonstrou que a realização do processo de indexação com uso da linguagem de indexação, comparada com os registros bibliográficos copiados sem modificação do campo de assunto, obteve melhor resultado na recuperação.

Portanto, as discussões realizadas durante e após os estudos de avaliação demonstraram um cenário claro de que era necessária a mudança e assim foi elaborada a “Proposta de política de indexação para as bibliotecas da Unesp”, resultado do contrato realizado entre catalogadores e pesquisadores cuja negociação foi realizada em cada detalhe porque todos tinham ciência de que o modo de trabalho seria modificado para incluir os procedimentos anteriormente inexistentes, ou seja: cada registro bibliográfico importado teria que ser indexado mediante procedimentos e seu campo de assunto modificado com a inclusão de termos de uma única linguagem de indexação e não de várias linguagens de indexação.

A participação de todos foi importante em todas as etapas da discussão propiciando a co-gestão tanto da definição dos problemas quanto na busca de soluções para resolvê-los cujo resultado se concretizou na redação final da “Proposta de política de indexação”. O processo de co-gestão foi contínuo a partir do ponto em que assumiram os problemas e se debruçaram na tarefa de solucioná-los dentro da sua realidade profissional. Nesse processo todos se responsabilizaram pelas etapas de solução dos problemas passando a existir grupos em que cada um era líder e responsável por passar as mudanças aos demais catalogadores em um processo de multiplicação de conhecimentos que implantou e disseminou a mudança.

O grupo de política de indexação, composto por catalogadores e pesquisadores, foi o primeiro a se envolver com a problematização, estudos de avaliação e elaboração da Proposta no período de março de 2010 a janeiro de 2012. Durante as discussões, análises e resultados de avaliação o grupo tomava consciência de que a mudança era necessária e, ao longo do período, se inteirava de novas estratégias profissionais para a inclusão da metodologia de indexação a partir de cursos de capacitação que os pesquisadores ofereciam à medida que se colocavam demandas por novas soluções durante as reuniões.

As capacitações foram realizadas pelos pesquisadores, primeiro aos catalogadores do grupo mediante cursos cujos conteúdos foram discutidos e selecionados coletivamente e, após cada curso, os problemas e soluções eram examinados para a tomada de decisões que direcionavam o desenvolvimento das ações, principalmente após cada capacitação dos demais catalogadores.

Exemplo dessa situação foi o curso “Modelo de Leitura Documentária para Indexação na Catalogação de Assuntos de Livros em Bibliotecas”, ministrado em junho de 2011. Esse curso foi proposto como parte da proposta de solução em função da discussão, realizada durante o ano de 2010 e primeiro semestre de 2011 sobre os resultados de recuperação por assunto da segunda pesquisa de avaliação da consistência de indexação que comparou amostra de registros bibliográficos que haviam passado pelo processo de indexação e uso de linguagem de indexação com amostra de registros bibliográficos copiados sem modificação do campo de assunto porque não passaram por processo de indexação.

O curso teve como conteúdo principal a análise de assunto de documentos e suas concepções orientadas para o conteúdo e para a demanda como proposição metodológica para a catalogação de assuntos de textos científicos mediante apresentação dos modelos de leitura documentária para textos científicos e livros. Esse conteúdo, resultado de pesquisas realizadas (FUJITA; RUBI, 2006), foi apresentado aos catalogadores do Grupo de Política de Indexação que, após compreensão da metodologia de indexação proposta pelo Modelo de Leitura Documentária para Indexação na Catalogação de Assuntos de Livros em Bibliotecas, decidiu incluí-lo na “Proposta de Política de Indexação da Rede de Bibliotecas da Unesp”.

Depois, quando em fevereiro de 2012 a Proposta foi aceita pelas bibliotecas e se iniciou a capacitação, os catalogadores do Grupo de Política de Indexação tornaram-se capacitadores para acompanhamento e esclarecimentos dos grupos de apoio regionais e temáticos à Indexação após o Curso “Modelo de Leitura Documentária para Indexação na Catalogação de Assuntos de Livros em Bibliotecas” ser ministrado aos demais catalogadores das bibliotecas.

Na sequência, foram ministradas 3 edições do Curso “Catalogação do registro de autoridade no formato MARC21”, duas em 2012 e uma em 2013. Essa participação dos catalogadores do Grupo de Política de Indexação motivou a participação de outros catalogadores que passaram a integrá-lo e atuar com outros conhecimentos o que ajudou a consolidar, de modo decisivo, a implantação das mudanças contidas na Proposta. Mais do que isso, trouxe ao Grupo a percepção das mudanças e o estímulo à

investigação de modo crítico para a solução de problemas tal como explica Morin (2004, p.56)

A pesquisa-ação permite aos atores que construam teorias e estratégias que emergem do campo e que, em seguida, são validadas, confrontadas, desafiadas dentro do campo e acarretam mudanças desejáveis para resolver ou questionar melhor uma problemática.

De modo gradativo, a pesquisa-ação integral propiciou uma troca de saberes entre todos os participantes do Grupo de Política de Indexação, de tal modo que os catalogadores passaram a agir e pensar mais criticamente e os pesquisadores a entenderem o contexto profissional de modo mais específico o que motivou, inclusive, a redação conjunta deste livro. Por isso, concordamos com Morin (2004, p.56) quando considera que “é identificada como nova forma de criação do saber na qual as relações entre teoria e prática e entre pesquisa e ação são constantes”.

Existiram durante a elaboração da proposta muitas adaptações relacionadas às práticas de catalogação descritiva incorporadas pelo software gerenciador do catálogo online, assim como práticas de catalogação de assunto anteriormente nunca discutidas e que se tornaram cotidianas. Tais práticas, como por exemplo, o uso de uma linguagem de indexação única, de um método de indexação e da definição dos elementos de política de indexação², entre eles o da quantidade máxima e mínima de termos para cada documento indexado, bem como do nível de especificidade ou exaustividade dos termos, foram determinantes para, a cada reunião, moldar um discurso comum entre todos e que culminou na elaboração da Proposta considerada, dentro da concepção da Pesquisa-ação integral, como o contrato.

A Proposta contém, portanto, o discurso da problematização, acompanhado dos resultados da avaliação, dos argumentos principais e, principalmente, das estratégias para realizar a mudança de conduta profissional dos catalogadores das bibliotecas universitárias, além da metodologia da indexação e uma reflexão sobre a necessidade de mudança da linguagem de indexação, anteriormente utilizada, por outra que possibilitasse sua atualização constante por todos com o controle do Grupo de Linguagem.

² Cf. elementos da política de indexação no capítulo 3

A Proposta foi apresentada aos demais catalogadores das bibliotecas em fevereiro de 2012 e aos diretores de bibliotecas em abril de 2012, o que permitiu o conhecimento sobre o contrato e a discussão pela necessidade de mudança com a participação de todos e não somente, como no primeiro momento, do grupo de política de indexação. Entretanto, como a Proposta continha um discurso que não era comum a todos os demais que não participaram das reuniões de discussão, foi fundamental o nível de confiabilidade do grupo de política de indexação para a aceitação da Proposta como contrato inicial.

Deu-se início, então, a partir de abril de 2012, à capacitação de todos os catalogadores para conhecimento de como usar a Proposta e utilizar o mesmo discurso comum de domínio do Grupo de Política de Indexação. Para isso, foi realizado em 2012 o Curso “Modelo de Leitura Documentária para Indexação na Catalogação de Assuntos de Livros em Bibliotecas”. Este curso foi realizado para os bibliotecários catalogadores da rede Unesp visando capacitá-los a indexarem com consistência, habilitando os profissionais na leitura documentária, ressaltando os locais onde a informação necessária à indexação deverá ser buscada e os questionamentos que deverão ser feitos para obtê-la. Além disso, o curso incluiu em seu início a explicação completa da Proposta que continha as explicações e argumentos principais sobre a necessidade de mudança e adoção das orientações sobre os elementos de indexação e uso da “Terminologia da Biblioteca Nacional” a partir da construção dos registros de autoridade de assuntos.

Nessa oportunidade o Grupo de Política de Indexação realizou discussão com os catalogadores sobre a Proposta e se iniciou um novo ciclo da pesquisa-ação integral que passou a incluir um grupo maior de participantes com necessidade de orientação sobre as novas práticas, princípios, fundamentos, elementos, metodologia e linguagem de indexação que integram a política de indexação contida na Proposta.

O conjunto de uma série de “Orientações aos catalogadores para implantação da política” realizadas a partir das dúvidas que surgiram passaram a acompanhar o uso da Proposta e incentivou a criação de grupos regionais de catalogadores orientados pelos participantes do Grupo de Política de Indexação que passaram a atuar fortemente junto à esses grupos para que as dúvidas fossem divulgadas em uma lista de discussão comum

a todos pela internet. Algumas dessas orientações após discussões e observações da prática dos catalogadores pelo Grupo de política de indexação foram incorporadas à Proposta e, depois, ao Manual de política de indexação. O principal desse processo de implantação foi a participação de todos, inclusive dos diretores das bibliotecas.

Após o Curso “Modelo de Leitura Documentária para Indexação na Catalogação de Assuntos de Livros em Bibliotecas” foi demandado o de “Catalogação do Registro de Autoridade no Formato MARC21”, realizado em 2012 e 2013, em função da crescente participação e da intensidade da ação que solicitava a construção dos registros de autoridades de assunto tópico e geográfico para que a linguagem de indexação Unesp fosse implantada em todos os registros bibliográficos. A elaboração dos conteúdos do curso bem como sua ministração foi ação dos catalogadores dos Grupos de Política de Indexação e da Linguagem. A demanda desse curso e a responsabilidade assumida pelos Grupos demonstra o envolvimento e a participação de todos os catalogadores com o consentimento dos diretores de bibliotecas.

Na sequência e após a capacitação de todos os catalogadores, o Grupo de Linguagem se deparou com o novo desafio de discutir o que fazer com os termos novos, assim chamados por não serem encontrados em nenhuma das fontes de controle de vocabulário eleitas por todos. Essa discussão já havia sido colocada desde o início da formação do Grupo de Política de Indexação quando os problemas ainda estavam sob foco das duas avaliações anteriores, a de uso da linguagem e a de consistência da indexação.

Mas, com a terceira avaliação para verificação da determinação de termos nos campos de assuntos dos registros bibliográficos, observou-se o aumento dos termos novos que estavam pendentes de tratamento adequado para elaboração dos registros de autoridade. Esse aumento foi um sinal claro de que os catalogadores estavam aplicando a política de indexação e, como era previsto, encontrando termos novos em vista da natureza científica e tecnológica e de produção de novos conhecimentos dos documentos que entravam nos acervos das bibliotecas universitárias.

O problema colocado foi discutido e os pesquisadores ofereceram, em 2014, aos catalogadores do Grupo de Linguagem o Curso “Procedimentos para autorização de termos novos considerando a metodologia terminográfica”. Na capacitação os catalogadores discutiram a elaboração de formulários para adequação de termo tópico importado e de inclusão termo tópico novo que foi implantado após capacitação dos demais catalogadores da rede. Atualmente, o Grupo de Linguagem analisa as solicitações e se comprovada a necessidade elabora ou adequa o registro de autoridade de assunto.

A partir deste relato da experiência de intervenção com a marcação dos cinco conceitos da pesquisa-ação integral, o contrato, a participação, a mudança, o discurso e a ação é possível analisar e comprovar o tipo integral de participação alcançado pelos atores. De acordo com Desroche (1982, p.52 citado por Morin, 2004, p.57) as pesquisas-ações poderão ser avaliadas pela tipologia de participações presente no Quadro 12:

Quadro 12 - Pesquisas-ações e tipologia de participações

PESQUISA				
	De explicação	De aplicação	De implicação	Tipo de participação
	SOBRE Sobre a ação e seus atores	PARA Para a ação e seus atores	POR Pela ação e seus atores	
1	+	+	+	Integral
2	+	+	-	Aplicada
3	+	-	+	Distanciada
4	+	-	-	Informativa
5	-	-	+	Espontânea
6	-	+	-	Usuária
7	-	+	+	Militante
8	-	-	-	O c a s i o n a l / Improvisada

Fonte: Desroche (1990, p.108 apud MORIN, 2004, p.57)

Pela descrição das atividades realizadas pelos Grupos de Política de Indexação e de Linguagem de indexação o nível de participação foi crescente, buscou a explicação, aceitou o questionamento, elaborou planos de aplicação e alcançou a implicação de todos os catalogadores pela ação e seus atores. Portanto, pela tipologia de participação é uma pesquisa-ação integral (PAI) que na visão de Morin, (2004, p.58) “é um ideal a ser atin-

gido e pode aceitar uma *démarche* geradora de uma crescente participação em todos os níveis do processo em projeto visando a mudança.”

A Pesquisa-ação integral proporcionou não só a elaboração por consenso de política de indexação, antes inexistente e desconhecida para bibliotecas universitárias, mas, principalmente, o entendimento de todos os requisitos, elementos, procedimentos e instrumentos adequados à realidade de atuação profissional do catalogador.

A intervenção com a pesquisa-ação integral realizada durante o processo de elaboração, implantação e avaliação promoveu a reflexão crítica com a finalidade de identificar problemas ou avaliar mudanças mediante a realização de seminários de vivências profissionais, capacitações ou compartilhamento de experiências e dúvidas, apresentando a sistematização teórica e metodológica sobre indexação, política de indexação e experiências de elaboração de políticas de indexação para a elaboração do plano de ação implementado e avaliado pelas bibliotecas durante o período de 2012 a 2015.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. A. et al. Unificação do banco de dados bibliográfico da rede de bibliotecas da Unesp por meio do software Aleph: relato de experiência. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 15, 2008, Campinas. *Anais eletrônicos...* Campinas: UNICAMP, 2008. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/index.php>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 12676: Método para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação*. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.

ASSUMPCÃO, F. S. *Controle de autoridade: definições, processos e componentes*. 2011. 122 f. Trabalho de conclusão de curso. (Bacharelado - Biblioteconomia) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

BOCCATO, V. R. C.; FUJITA, M. S. L. Estudo comparativo entre vocabulários controlados de catálogos coletivos em bibliotecas universitárias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO - CBBB, 24., 2011, Maceió. *Anais...* Brasília: FEBAB, 2011. p.1-13.

BOCCATO, V. R. C. *Avaliação do uso de linguagem documentária em catálogos coletivos de bibliotecas universitárias: um estudo sociocognitivo com protocolo verbal*. 2009. 303 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

BRAGA, G. M. Informação, Ciência da Informação: breves reflexões em três tempos. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 24, n. 1, p. 84-88, jan./ abr. 1995.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Secretaria de Documentação. *Política de indexação da biblioteca*. Brasília: STJ, 2009.

CABRÉ, M. T. A Terminologia hoje: concepções, tendências e aplicações. In: KRIEGER, M. G.; ARAÚJO, L. (orgs.). *A terminologia em foco. Cadernos de Tradução*, Porto Alegre, v. 17, out-dez. 2004.

CARNEIRO, M. V. Diretrizes para uma política de indexação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.14, n. 2, p.221-241, set. 1985.

CERVANTES, B. M. N. *A construção de tesouros e a integração de procedimentos terminográficos*. 2009. 209 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

CHAUMIER, J. Indexação: conceito etapas e instrumentos. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.21, n.1/2, p.63-79, jan./jun., 1988.

COUTO, M. *E se Obama fosse africano? e outras interinvenções: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DESCOMBE, M. *The good research guide*. 2. ed. Buckingham: Open University Press, 2005.

_____. *Entreprendre d'apprendre: d'une autobiographie raisonnée aux projets d'une recherche-action*. Paris: Ouvrières, 1990.

FUJITA, M. S. L. *A leitura documentária do indexador: aspectos cognitivos e lingüísticos influentes na formação do leitor profissional*. 2003. 321 f. Tese (Livre-Docência em Análise Documentária e Linguagens Documentárias Alfabéticas) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

FUJITA, M. S. L. et al. *Política de tratamento da informação documentária da rede de bibliotecas da Unesp*. Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2007. (Projeto de Pesquisa)

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P.; BOCCATO, V. R. C. O contexto sociocognitivo do catalogador em bibliotecas universitárias: perspectivas para uma política de tratamento da informação documentária. *DataGramZero: Revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v.10, n.2, abr. 2009. Disponível em: <http://www.datagramzero.org.br/abr_09/art_06.htm>. Acesso em: 09 out. 2015.

FUJITA, M. S. L. *Política de indexação para bibliotecas*. Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2010. (Projeto de pesquisa de Produtividade em pesquisa do CNPq).

FUJITA, M. S. L.; BOCCATO, V. R. C.; RUBI, M. P. A política de indexação elaborada por catalogadores: um estudo de observação participante em cursos de capacitação. In: PULGARÍN GUERRERO, A.; VIVAS MORENO, A. (org.). In: ENCUENTRO IBÉRICO EDICIC: Límites, fronteras y espacios comunes: encuentros y desencuentros en las ciencias de la información, 5., Badajoz. *Actas...* Badajoz: Universidad de Extremadura, 2011. p. 90-102.

FUJITA, M. S. L., RUBI, M. P. Modelo de lectura profesional para la indización. *Scire (Zaragoza)*. v.12, p.47 - 69, 2006.

GATTI, C. A. de S. et al. *Padrão de qualidade de registros bibliográficos da Unesp*. Marília: Universidade Estadual Paulista; Coordenadoria Geral de Bibliotecas, 2002. 2v.

GIL LEIVA, I. *Manual de indización: teoría y práctica*. Gijón: Trea, 2008.

LANCASTER, F.W. *Information retrieval systems: characteristics, testing and evaluation*. New York: Wiley, 1968. 222 p.

LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos: teoria e prática*. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LIMA, J. A. de O. Pesquisa-ação em ciência da informação. In: MUELLER, S. P. M. (Org.) *Métodos para a pesquisa em ciência da informação*. Brasília: Thesaurus, 2007. p. 63-82.

MARC 21 formato condensado para dados de autoridade. Tradução e adaptação de Margarida M. Ferreira. Marília: Espaço-Conhecimento: FUNDEPE, 2005.

MORIN, A. *Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropedagogia renovada*. Trad. de Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. 232 p.

MORIN, A. *La recherche-action en éducation: de la pratique à la théorie*. Université de Montréal: Montréal, 1986. (Sciences de l'éducation).

RAPHAEL, H. S. Pesquisa ação. In: MACHADO, L. M. M., MAIA, G. Z. A., LABEGALINI, A. C. F. B. *Pesquisa em educação: passo a passo*. Marília: Edições M'T, 2007. p. 105-116.

RELATÓRIO do curso de indexação. Marília: Universidade Estadual Paulista; Coordenadoria Geral de Bibliotecas, 2009.

RONDEAU, G. *Introduction à la terminologie*. 2. ed. Québec: Gaëtan Morin, 1984.

RUBI, M. P. *Política de indexação para construção de catálogos cooperativos em bibliotecas universitárias*. 2008. 176 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

RUBI, M. P.; FUJITA, M. L. S. O ensino de procedimentos de política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional: uma proposta de programa para a educação à distância do bibliotecário. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.11, n.1, p.1-16, 2006. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/445/256>>. Acesso em: 09 out. 2015.

SILVA; M. R.; FUJITA, M. S. L. A prática da indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. *Transinformação*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 133-161, 2004.

THIOLLENT, M. *Metodologia pesquisa-ação*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”. Coordenadoria Geral de Bibliotecas. *Manual de política de indexação para as bibliotecas universitárias da Unesp*. Mariangela Spotti Lopes Fujita (coord). São Paulo: Unesp, 2014. disponível em: <<http://www.biblioteca.unesp.br/portal/arquivos/manual-politica-indexacao>> Acesso em: 09 out. 2015.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” - UNESP. Coordenadoria Geral de Bibliotecas. *Proposta de Política de indexação para as Bibliotecas Universitárias da Unesp*. Mariangela Spotti Lopes Fujita (coord). São Paulo: Unesp, 2012.

VAN SLYPE, G. *Conception et gestion des systèmes documentaires*. Paris: Ed. D'Organisation, 1977.

